

Documentos do 'Estado' são autênticos, diz perito

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O perito Antônio Carlos Villanova explicou ontem que os documentos enviados por O Estado de S. Paulo à Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso, convocada para apurar as denúncias de jornal sobre a conspiração do Cimi contra o Brasil na questão dos índios, são autênticos. Entretanto, explicou Villanova: "Estranhamente o senador Severo Gomes não



Villanova estranha a atitude do senador Alencar Monteiro

estava interessado em saber sobre a autenticidade destes

documentos e não me fizeram nenhuma pergunta".

O perito, contratado por O Estado para atestar a autenticidade dos documentos, explicou que a CPI, através do senador Severo Gomes, em nenhum momento se interessou pelas suas conclusões em relação à peritagem dos papéis enviados à CPI. Insistiam apenas no documento "Diretrizes Brasil — nº 4 — Ano 06", que ainda está em processo de exame. Portanto, não podia afirmar se era falso ou autêntico, "o que exige um estudo cuidadoso, fotografando e fazendo confrontações".

Villanova recebeu o documento "Diretrizes Brasil — nº 4 — Ano 06" anteontem e definiu o exame como trabalhoso, "porque é preciso estudar rubricas".

"O jogo da esquerda raivosa"

O deputado Tito Costa (PMDB-SP) denunciou ontem que a Comissão Parlamentar de Inquérito formada para apurar as denúncias de O Estado de S. Paulo sobre as atividades do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) contra o Brasil na questão indígena desenvolve seus trabalhos com "uma conotação marcadamente política, e uma ala ali instalada parece que faz o jogo da esquerda raivosa". Embora Tito Costa não tenha definido quem são os integrantes do grupo xita, observou: "De repente estamos vendo uma preocupação muito grande com os índios, o que é suspeito, pois nunca tantos se interessaram pelos indígenas como agora. Na verdade, o que está atrás deste súbito zelo são as terras que eles ocupam, recheadas de riqueza mineral".

O parlamentar paulista teve a atenção despertada quando acompanhava a sessão de quinta-feira da comissão e ouviu a proposta de encerramento das investigações feita por alguns deputados. "Depois de tantos anos de advocacia, é a primeira vez que vejo o pedido de fim de um processo, sem este processo terminar o período de instrução, que inclui toda fase de produção de provas." Isto é, oitiva dos envolvidos nas denúncias, pedidos de informação, juntada de documentos aos autos e o laudo pericial, por exemplo.

Tito Costa estranhou também o comportamento do senador Ronan Tito (PMDB-MG) diante da solicita-

ção dos deputados, quando respondeu que aguardava apenas "um telex" — sem revelar a procedência ou autoria da mensagem — para formar sua "convicção" e apresentar as conclusões. O senador mineiro é relator da CPI e sua manifestação encerra formalmente os trabalhos, que ainda podem prosseguir, mas sem a mesma importância.

Após o pronunciamento de Ronan Tito, a apresentação do relatório ficou adiada até a próxima sessão da comissão, na quarta-feira, ocasião em que, segundo afirmou, já terá recebido o "telex". Por que a pressa?", pergunta Tito Costa. Como advogado, compara a "antecipação" do relatório a uma ação judicial em que o juiz dá a sentença em seguida ao recolhimento de apenas uma prova, sem completar a instrução do processo. "Este tipo de comportamento representa, no mínimo, o cerceamento da defesa", comenta Tito Costa.

Os parlamentares que desejam "rapidez" na apresentação do relatório alegam que no cronograma de votação da Comissão de Sistematização, o capítulo referente à questão indígena "será votado no dia 8". Assim os resultados da CPI "devem" estar prontos pelo menos um dia antes — ou seja, quarta-feira, quando a comissão se reúne.

Alguns dos integrantes do CIP, aliás, mostraram na quinta-feira que, provavelmente, possuem juízo formado sobre o tema e não têm interesse em investigar as denúncias publi-

cadas por O Estado de S. Paulo sobre a atuação do Cimi com relação aos índios. O deputado Vasco Alves (PMDB-ES) afirmou que não tinha "tempo a perder com uma Comissão ridícula"; Otávio Elísio (PMDB-MG) concordou; o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) e o deputado José Carlos Saboya (PMDB-MA) também apolaram.

O aprofundamento das investigações foi defendido apenas pelo vice-presidente da CPI, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) — que tornou pública a manobra do grupo xita na comissão, para encerrar os trabalhos imediatamente e sem ouvir mais depoimentos — e pelo senador Alexandre Costa (PFL-MA). O senador lembrou que a CPI tem 120 dias para chegar à conclusão final, além da possibilidade de prorrogar este prazo por mais 60 dias. "Portanto, não tem sentido encerrar as atividades depois do 27º dia de trabalho. Nunca vi tanta pressa em uma comissão aqui no Congresso e não vejo motivo nenhum para isso".

O relatório poderá terminar com o trabalho da CPI com relação aos documentos publicados por O Estado de S. Paulo sobre o envolvimento do Cimi com reservas indígenas. Sem dúvida, alguns parlamentares da comissão estão receosos com o aprofundamento das investigações, pois, conforme comentário de um deputado não ligado ao grupo, "muitas vezes se atira no que viu e mata o que não viu".